



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

REFLEXÕES SOBRE A LUTA DE CLASSES NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Nayanna Alves Bezerra Leal de Alencar¹

Resumo: O estudo funda-se nas contribuições da teoria marxista para a compreensão da estrutura social no capitalismo ao mesmo tempo em que visa proporcionar uma aproximação teórica com as categorias classe, luta de classes e processo de formação da consciência. Por fim, analisa os rebatimentos das crises do capital na organização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Luta de classes. Estado. Neoliberalismo.

Abstract: The study is based on the contributions of Marxist theory to the understanding of social structure in capitalism while at the same time aiming to provide a theoretical approach with the categories class, class struggle and process of formation of consciousness. Finally, it analyzes the rebuffs of the crises of capital in the organization of the working class.

Keywords: Class Struggle. Government. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica de reordenamento capitalista impôs uma reestruturação da relação entre Estado e sociedade. Partindo da crise enfrentada pelo capitalismo na década de 1970 acompanhou-se a uma grande reestruturação sistêmica do capital. São mudanças em escala mundial, que adotam a estratégia neoliberal para superação da crise e, que no atual contexto da luta de classes, redefinem uma nova hegemonia do capital.

O projeto neoliberal, focado na reestruturação do capital, caracteriza-se por uma (contra) reforma do aparelho estatal a partir dos interesses do capital. Representa um retrocesso nas conquistas dos direitos sociais. A política neoliberal no Brasil, datada da década de 1990, reduziu vertiginosamente a intervenção estatal na área social, desconsiderando direitos sociais já conquistados, deslocando suas responsabilidades para a sociedade civil e abrindo espaço para o capital estrangeiro. O discurso adotado para justificar os ajustes neoliberais classifica a intervenção estatal como ineficaz e o investimento em políticas sociais como gastos sociais, aparecendo o privado sob o rótulo da eficácia e eficiência. O que se observa de fato é a precarização das políticas sociais públicas, seguida de crescente onda de privatizações dos serviços públicos.

¹ Profissional de Serviço Social. Centro Integrado de Reabilitação/Teresina-PI. E-mail: <nayannaleal@hotmail.com>

O Estado neoliberal tentou a todo custo diminuir ou até eliminar qualquer tipo de resistência ao processo de (contra) reforma. Tais mudanças foram recebidas com resistência pela classe trabalhadora. Nesse contexto, assistimos ao surgimento e fortalecimento de lutas dos movimentos sociais como formas de enfrentamento das emergentes questões sociais. Este estudo parte de uma análise dos rebatimentos das crises cíclicas do capital na relação entre Estado e sociedade para a compreensão da situação atual das classes sociais e das lutas de classe no capitalismo.

2 O ESTADO NO CAPITALISMO

Até atingir a atual configuração monopolista ou financeira o modo de produção capitalista passou por diferentes fases ao longo da história. Num primeiro momento vivenciou-se um capitalismo comercial, fase que vai do século XV até XVIII, período de expressiva expansão comercial, fruto das grandes navegações, tendo à frente Portugal e Espanha. A economia nesse período funcionava sob a intervenção governamental. A partir da metade do séc. XVIII até segunda metade do séc. XX o capitalismo vivenciou sua fase industrial. Diferentemente do período anterior, a fonte de riqueza passa a ser a produção de mercadorias. É nesse momento da história que o trabalho assalariado torna-se generalizado, os trabalhadores passam a vender sua força de trabalho recebendo por isso um salário como forma de pagamento. A Revolução Industrial teve importante papel para o desenvolvimento da indústria. Nesse período o país com maior destaque foi a Inglaterra. Já a fase monopolista e financeira, inicia-se no século XX e continua em funcionamento até os dias atuais. Objetivando o lucro e acúmulo de riquezas, tem como características principais a automação e verticalização da produção, fusão entre grandes empresas e a exploração da taxa de mais valia.

O modo de produção capitalista desenvolve-se ciclicamente, passando por períodos de expansão e prosperidade, seguidos de uma fase de superprodução desembocando num período de crise e depressão. A partir da crise, o capitalismo se renova (MANDEL, 1982). De acordo com Mészáros (2011) o capitalismo vivencia crises fundamentalmente estruturais. São maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender sua esfera de operação e dominação. Ao longo da história é possível perceber uma série estratégias do Estado para superação destas crises cíclicas.

Desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até o início da Segunda

(1939-1945) o capital passou por um período de recessão econômica. Durante a crise de 1929 pôde-se observar as respostas ao crack da bolsa e seus desdobramentos na década de 30, seja na forma do New Deal Americano, seja no nazismo alemão, sendo que ambos apresentam uma característica em comum: o alargamento das funções do Estado. O Estado participa desse salvamento ao assegurar os lucros monopolistas de várias maneiras, seja de forma indireta, através de financiamentos ao setor privado ou mesmo de forma direta, através de créditos, subvenções ou garantias de empréstimos (BEHRING, 2007).

Nesse mesmo período o Estado adota a política keynesiana. Com o objetivo de criar e aumentar o consumo, o Estado passa a investir em políticas sociais como forma de salário indireto, período que ficou conhecido como Welfare State ou Estado de bem-estar social, momento em que as políticas sociais assumem um caráter universalizante e se expandem através de programas e serviços sociais que atingiam a educação, saúde, emprego, habitação, assistência social e serviços sociais pessoais.

É sob influência do pensamento de John Maynard Keynes (1883-1946) no que se refere à necessidade da intervenção do Estado na economia para reativar a produção, que se costuma falar de Estado keynesiano. Keynes defendia uma mudança da relação do Estado como o sistema de produção, rompendo assim com os princípios liberais. Ao keynesianismo articulou-se o regime de produção fordista, caracterizado pela produção em massa para o consumo em massa e pelos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Da articulação desses dois processos surge o regime de acumulação fordista-keynesiano, assim cunhado por Harvey (2007). Nesse sentido, Behring e Boschetti (2011, p. 88) completam:

(...) o keynesianismo e o fordismo, associados, constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-45, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte americana (...)

O mercado de produção em massa exigia um consumo em massa. Isto é, se o fundamento seria produzir cada vez mais, seria necessário vender cada vez mais. Com a finalidade de promover o desenvolvimento industrial/comercial, para além da função da coerção, o Estado passou a intervir no controle das relações entre capital e trabalho, subvencionando o consumo, garantindo a reprodução da força de trabalho, a expansão da acumulação capitalista e

respondendo a algumas demandas sociais. Diante disso a estratégia adotada foi a construção de um “pacto social” entre a classe industrial, derivada das diferentes experiências de Welfare State, de keynesianismo ou Estados desenvolvimentistas (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011).

O Estado aparece no contexto pós-guerras com suas funções ampliadas. Começa a intervir fortemente no espaço da produção e do consumo, passando da super estrutura também para a estrutura econômica. Esse novo Estado incorpora três tipos de funções: a criação de condições gerais de produção (infraestrutura urbana, como transporte, comunicação, legislação civil, educação), repressão às ameaças ao modo de produção e acumulação (exército, polícia e os sistemas judiciário e penitenciário) e a integração das classes subalternas e legitimação da ordem (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011). Desse modo, o novo regime de acumulação é acompanhado por um novo regime de regulação, desta vez baseado em concessão de direitos políticos, sociais e trabalhistas e no estímulo ao consumo em massa.

No entanto, com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, tudo mudou. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar relevância e a estabilidade monetária deveria ser a objetivo principal de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Nesse contexto, as reformas fiscais seriam fundamentais para incentivar os agentes econômicos. Isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (ANDERSON, 1996).

O pacote de medidas adotado para a superação da crise constitui-se no projeto Neoliberal. O neoliberalismo nasceu após o término II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de

mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1996). Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. A implantação do projeto neoliberal apresenta-se como o ponto de partida para o processo desregulamentação e desresponsabilização do Estado, que se manifesta na crise do modo de produção fordista-keynesiano.

Diante do contexto de crise ocorre uma tendência por parte dos Estados nacionais a abrirem suas fronteiras ao capital especulativo, como forma de atrair investimento estrangeiro. Para isso alguns governos abandonaram as posturas protecionistas que caracterizaram a postura do Estado nas décadas de 1950 e 1960, diminuindo simultaneamente os gastos estatais, no intuito de se gerar um aumento nas receitas, como estratégia de superação da crise. De acordo com Anderson (1995) e Navarro (1998) (apud Behring e Boschetti, 2011), a hegemonia do neoliberalismo só ocorreu no final dos anos 1970, quando seus princípios foram incorporados a programas governamentais em vários países da Europa e dos Estados Unidos. Sobre o neoliberalismo Harvey (2008, p. 12), afirma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

O Neoliberalismo foi a saída encontrada para a superação da crise sem precedentes que assolava o mercado capitalista. De acordo com Duriguetto e Montaña (2011), essa nova estratégia sustenta-se em três pilares fundamentais necessariamente articulados: a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas (afetando as leis e direitos trabalhistas e a articulação da classe trabalhadora), a reestruturação produtiva (com a adoção de novos processos de produção, no caso em discussão o modelo japonês toyotista) e a (contra) reforma do Estado.

Dos países que adotaram o neoliberalismo como estratégia para a superação da crise, o modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, sufocaram os movimentos grevistas, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. Por fim, lançaram um amplo programa de privatização, começando pela habitação pública e passando em seguida a

indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse conjunto de medidas caracterizou o modelo de neoliberalismo adotado pela Inglaterra como mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1996).

No entanto, a implantação do projeto neoliberal nos países capitalistas não surtiu o efeito desejado, que seria resolver a crise do capitalismo, nem provocou a elevação dos índices de crescimento econômico e a superação da fase de recessão. O que se viu foram os efeitos nefastos nas condições de vida da classe trabalhadora, como elevação dos índices de desemprego, redução de postos de trabalho, redução de salários, precarização nas condições de trabalho, flexibilização das relações de trabalho e redução dos gastos com políticas sociais.

2.1 O Neoliberalismo no Brasil

Embora a política social brasileira tenha conquistado importantes avanços na década de 1980, dentre eles a aprovação de uma Constituição Federal que contemplava a seguridade social como garantia bem como a aprovação do Sistema Único de Saúde, que passou a reconhecer a saúde como universal e assumida como responsabilidade estatal, as condições econômicas internacionais e internas apontavam um horizonte pouco promissor para as políticas sociais.

No Brasil, foi somente na década de 1990, durante os governos de Collor de Melo e Itamar Franco que se introduziu o ajuste estrutural do Estado, de acordo com os preceitos neoliberais. Porém, é no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), que a contrarreforma realiza-se de maneira mais ofensiva e estruturada. Nesse período, aconteceu uma abrangente contra reforma do Estado, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos. Uma contra reforma que foi possível a partir de condições gerais, que precedem os anos 1990: a crise econômica da década de 1980 e os avanços e retrocessos do processo de redemocratização do país (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformulá-lo para novas aquisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente as bases de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção no mercado internacional que deixou o país a mercê dos especuladores do mercado

financeiro, de modo que toda a economia obtida por meio da redução de custos fosse destinada para o pagamento da crescente dívida externa (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Mais uma vez, a saída encontrada para o enfrentamento da crise consistia na adoção dos preceitos neoliberais. A cultura neoliberal é a da negação das políticas sociais como direitos sociais e da sua afirmação como mercadoria, preconizando uma perspectiva do cidadão comprador de serviços. O projeto neoliberal recupera, portanto, a cultura política dominante, conservadora, na medida em que responsabiliza os indivíduos pela manutenção e execução dos direitos sociais de forma privada, negando, as conquistas políticas democráticas, duramente conquistadas na década de 1980 (SOUSA, 2013). Esse processo promoveu significativas mudanças nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Behring e Boschetti (2011, p. 184) completam este raciocínio ao afirmar que:

(...) a trajetória recente das políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e política pobres para os pobres, e da descentralização, vista como concentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988.

As privatizações constituem-se no fundamento central do neoliberalismo. Estas, por sua vez, são justificadas como forma de atrair capitais e com isso a redução das dívidas interna e externa, assim como a possibilidade de oferta de preços mais competitivos e uma melhoria na qualidade dos serviços sob a ótica de que os serviços privados, em detrimento dos serviços públicos, poderiam oferecer a eficiência.

As privatizações fundavam-se na perspectiva de redução das dívidas externa e interna, atrair capitais, baixar preços, elevar a qualidade dos serviços, aumentar a eficiência das empresas estatais que estariam sendo ineficientes pela gerência do Estado, o que levou a entrega de parte significativa do patrimônio ao capital estrangeiro (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). Outro aspecto que merece destaque nessa onda de reestruturação do Estado brasileiro é o Programa de Publicização, que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para execução de políticas públicas, constituída a partir de parcerias com ONGs e Instituições Filantrópicas para a prestação de serviços sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). No entanto, o que se viu, apesar do conjunto de medidas adotadas, foi uma mudança pouco perceptível no que se refere à expansão das políticas públicas, enquanto que a dívida pública cresceu

a olhos nus. Esse processo foi seguido por uma crescente desresponsabilização do Estado na gestão das políticas sociais e na garantia de direitos sociais duramente conquistados com a Constituição Federal de 1988, associado ao aumento do desemprego e da pobreza. Diante desse contexto, o que se percebe é que a combinação entre uma atuação mínima do Estado e conjunto de medidas adotadas pelo projeto neoliberal levou ao agravamento das manifestações sociais que impactaram diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora.

3 CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES

Partimos das contribuições da teoria marxista para a compreensão da estrutura social no capitalismo, para uma aproximação teórica com as categorias classe, luta de classes e processo de formação de consciência. Esta aproximação constitui-se em base fundamental para a compreensão dos rebatimentos das crises do capital na organização da classe trabalhadora.

3.1 Classes sociais e lutas sociais no capitalismo

Observa-se em todo o curso da história das sociedades algum tipo de estratificação social. Embora mudem os períodos, os modos de produção, o que se percebe é que sempre persiste nas sociedades uma relação entre classe opressora e classe oprimida, uma relação às vezes aberta, às vezes velada. Esta, por sua vez, normalmente está relacionada ao acúmulo de riquezas ou poder, seja ele político, religioso ou referente a alguma outra forma de hierarquia.

A sociedade burguesa moderna estabeleceu novas classes em substituição às dos períodos anteriores, porém, não conseguiu abolir os antagonismos presentes entre as mesmas. Marx e Engels na obra Manifesto do Partido Comunista apontam para uma tendência à divisão da sociedade capitalista em torno de duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado. Uma vez que:

A camada mais baixa da classe média, os pequenos comerciantes, os lojistas e os artífices aposentados em geral, os artesãos e os camponeses, todos eles se afundam gradualmente no proletariado. Em parte porque o seu capital diminuto não basta para a escala na qual a indústria moderna elevada avante e atola-se na competição com os grandes capitalistas e em parte porque suas

especializações foram tornadas inúteis pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado de todas as classes da população (MARX e ENGELS, 1996, p. 20).

Desse modo, os proprietários dos meios de produção – a burguesia - e aqueles trabalhadores que dispõem apenas da venda da sua mão de obra como forma de sobrevivência – o proletariado – compõem as classes fundamentais²_[BF1] do modo de produção capitalista.

O conceito de classe social surgiu em Marx e Engels como o centro de sua proposta para a análise das sociedades modernas. O ponto de partida seria a constatação de que o proletariado constituía-se numa nova força política, que, segundo eles, teria importante papel na luta pela emancipação. Demonstrando que a classe, como fenômeno social, só se constituía em oposição aos interesses de outra e, portanto, tomando consciência de seu papel na sociedade (MATTOS, 2007).

Diante disso, Marx e Engels (1996) apresentam como condição essencial para a existência da classe burguesa a formação e o crescimento do capital. Uma vez que a condição fundamental para a formação do capital consiste no trabalho assalariado. E nesse contexto “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria” (MARX, 2009 b, p. 80).

Vale ressaltar que uma classe não se define apenas pela propriedade ou por sua falta, mas sim pela posição ocupada pelo sujeito no interior de certas relações sociais de produção e, ainda, pela consciência que associa ou distancia de uma posição de classe e pela ação dessa classe nas lutas concretas (IASI, 2007). Diante disso, Marx classifica a constituição de classes em dois momentos: a classe em si e a classe para si. A classe em si seria aquela constituída pelos sujeitos cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa dos seus interesses, caracterize uma união

Embora Marx e Engels apontem a burguesia e o proletariado como classes fundamentais do modo de produção capitalista, ambos não ignoram a existência de outras classes sociais intermediárias, como a crescente classe média, compostas por servidores públicos, trabalhadores altamente qualificados, autônomos, etc.

de interesses em comum em oposição ao de outra classe, enquanto que a classe para si seria aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza e luta pela defesa dos seus interesses (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011). Seria o momento em que os trabalhadores, conscientes dos seus direitos e de seu antagonismo com relação aos interesses do capital avançam no processo de formação da consciência, uma vez que ao compreender o processo e seu lugar nesse contexto, essa classe se organiza para a luta de classes.

3.2 O processo de formação da consciência

Partindo do pensamento de Iasi (2007) falamos em processo de consciência e não apenas em consciência uma vez que não a compreendemos como algo que possa ser adquirido, como se fosse possível não tê-la. Desse modo, procuramos entendê-la como um movimento e não como algo dado. Iasi (2007, p. 14) completa:

A consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza.

Compreende-se que consciência é formada a partir da sociabilidade do indivíduo. Sendo a primeira experiência vivenciada no seio familiar, passando pelas várias fases do desenvolvimento, como a fase escolar, trabalho, momentos em que se ampliam as relações sociais. A partir dessas experiências, o indivíduo passa a compreender o mundo. Desse modo, para analisar o processo de formação de consciência da classe é preciso compreender que a consciência resulta das múltiplas relações estabelecidas pelos sujeitos na sociedade.

Formada a primeira manifestação da consciência, a partir das suas vivências, o indivíduo passa a compreender o mundo. Seguindo esse pensamento, a alienação seria uma forma de manifestação inicial da consciência, base para a disseminação na ideologia como forma de dominação. De acordo com Iasi (2007) a alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, fortemente influenciada pela carga afetiva. A ideologia agirá sobre esta base exercendo uma forma de dominação. Vale ressaltar que a ideologia aqui abordada deixa de ser concebida apenas como um conjunto de ideias ou

valores em comum.

Partindo da ideia de que “as ideias da classe dominante são em cada época as ideias dominantes” (MARX e ENGELS, 2009) podemos compreender que uma classe, no caso a burguesia, ao deter os meios de produção, carrega também o poder de garantir sua dominação através das suas ideias. Uma vez que as relações sociais no modo de produção capitalista fundam-se na venda da força de trabalho como mercadoria, geram-se assim as condições fundamentais para a reprodução da alienação. Isso explica o fato que muitos trabalhadores acabam incorporando a ideologia que representa os interesses das classes dominantes e a reproduzindo-a como se suas fossem.

Concordando com o pensamento de Iasi (2002) que diz que “a consciência de classe dos trabalhadores pode representar em si o movimento de avanços e recuos próprios” entendemos que a formação da consciência de classe é determinada historicamente pelas condições e relações estabelecidas na sociedade. Partindo dessa análise vejamos agora como essas categorias se relacionam para a compreensão dos processos de luta da classe trabalhadora na fase atual do capitalismo.

3.3 Os rebatimentos da crise na classe trabalhadora

A crise agora vivenciada tem como fundamento a queda da taxa de lucro que obriga o Estado e o capital a reestruturar determinados processos e instituições existentes, como estratégia de superação da crise, via mecanismos econômicos e extra econômicos. Esta estratégia sustenta-se no rompimento do chamado “pacto keynesiano” – possibilitada pela redução do impacto das lutas de classes no contexto atual – segue três caminhos centrais. O primeiro corresponde à criação de áreas de superlucros fora da esfera da produção e do subconsumo, através das privatizações das empresas estatais; O segundo corresponde à tendência de centralização do capital, através da concentração de monopólios, possibilitada pelas fusões de grandes empresas e, por último, a redução dos custos com a produção para o capital, atingindo drasticamente as relações de trabalho (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011). Sendo esta estratégia a responsável pelo enfraquecimento do poder de organização da classe

trabalhadora. É em meio às inseguranças materializadas, dentre outras expressões, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, em formas múltiplas de precarização do trabalho, empregos temporários ou em tempo parcial e no desemprego estrutural, que a classe trabalhadora tem seu potencial de combatividade fragilizado, uma vez que essas transformações contemporâneas trazem, em seu bojo, uma fragmentação na organização da classe trabalhadora, o que se caracteriza como estratégia da classe dominante para exercer o controle sobre a (des)ordem capitalista atual (CISNE, 2013).

A crise do regime fordista-keynesiano exigiu uma estratégia que anulasse as conquistas trabalhistas e que possibilitasse a superexploração do trabalho. Essa estratégia, de acordo com Duriguetto e Montaña (2011), sustenta-se em três pilares fundamentais: a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas, a reestruturação produtiva e a (contra) reforma do Estado.

O capital engendra inúmeras possibilidades de enfraquecer ou até mesmo eliminar as estratégias de resistência da classe trabalhadora ao projeto neoliberal. Montaña e Duriguetto (2011), ao analisarem este processo, dividem-no em três momentos: No primeiro momento observou-se a enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas, através do rompimento do pacto keynesiano, negando-se o Estado a negociar com trabalhadores em greve, reprimindo qualquer forma de luta dos trabalhadores. Um segundo grupo de medidas refere-se ao desprestígio das lutas das organizações dos trabalhadores frente à opinião pública, desqualificando suas demandas, partindo da premissa de que a crise econômica afeta todo o conjunto da sociedade e que por isso necessita da colaboração de todos. E finalmente, a ofensiva neoliberal contra o trabalho completa-se pela desregulação do mercado de trabalho e precarização do emprego, visualizada na redução da força de trabalho formal, como produto da crescente automação dos meios de produção e crise, levando a consequências como queda salarial, precarização das condições e relações de trabalho, desarticulação da classe trabalhadora, flexibilização de direitos, enfraquecendo de todas as formas possíveis os direitos do trabalhador e agravando uma série de manifestações da questão social resultantes desse processo.

O enfrentamento da questão social constitui-se na base da atuação dos movimentos sociais desde o clássico movimento operário, que surge no Brasil impulsionado pelas ideias dos imigrantes europeus e tendo como principal bandeira a luta por melhores condições de trabalho, até os novos movimentos sociais que surgem no século XX, somando-se à demanda dos movimentos sociais clássicos e incorporando novas reivindicações de minorias como negros, mulheres, homossexuais, entre outros.

Os movimentos sociais referem-se à organização de sujeitos coletivos que compartilham identidades, necessidades e objetivos comuns. Representam também um campo de tensões e lutas, uma vez que seus anseios vão de encontro aos da classe dominante. Nessa perspectiva, compreendem-se os movimentos sociais como sujeitos coletivos presentes no cenário político e com forte potencial de mobilização e articulação da classe trabalhadora e, assim como o Serviço Social, defendem um projeto de transformação social anticapitalista.

Considerando a necessidade do capital de diminuir e controlar a luta de classes o capital reorienta suas estratégias para retomar os níveis de lucro e a dominação sobre o trabalho. Desta vez, a saída encontrada para a redução do tempo e custos da produção foi adotado o modelo japonês toyotista. Ao contrário do fordismo, no toyotismo a produção é guiada diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo, que por sua vez é que determina o que será produzido (ANTUNES, 2002). Esse processo exige um novo perfil de trabalhador, um trabalhador polivalente capaz de executar várias tarefas ao mesmo tempo, o que supõe uma intensificação da exploração do trabalho.

Ainda de acordo com Antunes (2002), outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização da produção, é também imprescindível a flexibilização das relações de trabalho, isto é, direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida

básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras.

Essas transformações nas relações de trabalho, acompanhadas das inovações na produção, levaram a consideráveis reduções no número de postos de trabalho, aumentando os índices de desemprego e precarização daqueles ainda existentes, com a redução de direitos trabalhistas, as contratações em tempo parcial ou temporário e o mercado informal. Duriguetto e Montaño (2011, p. 212), completam:

O efeito da crise se reverte trágica e imediatamente em aumento do desemprego e da pauperização e miserabilidade a ele associadas, em acirramento da exploração capitalista – que visará retomar e/ou ampliar as formas de extração de mais valia absoluta, como aumento da jornada de trabalho, de idade de aposentadoria, do trabalho escravo-por-dívida, etc. – na perda de direitos trabalhistas conquistados, na precarização de políticas e serviços sociais estatais, e até na perda ou esvaziamento de direitos políticos e civis. Paralelamente, a classe trabalhadora passa a desenvolver uma atitude mais individualista e defensiva, até aceitando muitas perdas para garantir seu emprego, o que impacta nas lutas dos trabalhadores e nos seus efeitos sociais.

Embora muitas tenham sido as estratégias adotadas pelo capital para o enfraquecimento da classe trabalhadora, nenhuma delas foi aceita de forma passiva. O que se viu foi um enfraquecimento da organização política dos trabalhadores diante do contexto pouco favorável imposto pelo novo projeto hegemônico do capital. Outra tendência observada é o esvaziamento das entidades representativas dos trabalhadores como os sindicatos, produzido pela redução de postos de trabalho assim como pelo trabalho informal, desembocando no processo conhecido por dessindicalização. Esse movimento é acompanhado de uma crescente centralização do capital pela burguesia monopolista, significando, conseqüentemente, na perda de poder por parte dos trabalhadores. Tem-se assim um panorama da situação da luta de classes que, apesar das resistências, possibilitam que o capital avance nas suas investidas contra o trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do percurso histórico do capitalismo é possível apreender o seu desenvolvimento cíclico assim como as inúmeras estratégias lançadas pelo capital para a superação dos momentos de crise. Observou-se que essas

estratégias são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender sua esfera de operação e dominação. É importante ressaltar que o projeto neoliberal representa um grande entrave para a efetivação dos direitos sociais, que são gradualmente submetidos à lógica excludente do capital. Nesse processo, de regressão das políticas sociais, se faz necessário a organização da sociedade civil e dos demais segmentos populares no que tange a uma mobilização que coloque em discussão todo esse processo, reivindicando a efetivação dos direitos sociais. Através das análises das categorias correlatas classe, luta de classe e consciência de classe foi possível compreender como estas se articulam na organização da classe trabalhadora. E por fim, foi possível compreender a progressiva fragmentação da identidade e luta da classe trabalhadora diante do cenário ofensivo da reestruturação do capital.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo In: As Políticas Sociais e o Estado Democrático no Pós-Neoliberalismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996, p.9-23.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2002.
BEHRING, Elaine. Política Social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

CISNE, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. Tese de doutorado em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

DIRIGUETTO, Maria Lúcia e MONTAÑO, Carlos. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.]

_____. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IASI, Mauro. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência. São Paulo:

Viramundo, 2002.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARX, Karl. ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Manifesto do partido comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. In: Em Pauta. N. 20, 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOUSA, Aione Maria da Costa. O público e o privado no sistema de saúde em Mossoró-RN: as contradições para a efetivação da universalidade. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife: UFPE, 2013.